

Material para a prática da ética médica – Bochum

Análise científica e ética para o tratamento de um caso médico

HANS-MARTIN SASS
HERBERT VIEFHUES
JOÃO BATISTOLE

Emissão do diagnóstico médico-científico

O diagnóstico é consequência dos princípios científicos já reconhecidos pela tradição.

► Reflexões gerais

O que diz o diagnóstico do paciente e qual é o prognóstico?
Que tratamento pode ser sugerido, segundo o parecer médico, frente a este diagnóstico e prognóstico?
Que terapias alternativas poderiam ser oferecidas?
Quais são as perspectivas gerais de sucesso das possibilidades terapêuticas sugeridas?
Que prognóstico restaria sem os tratamentos sugeridos?

► Reflexões especiais:

Será útil ao paciente, do ponto de vista médico, o tratamento que se tem em vista?
Irá o tratamento influenciar favoravelmente a prognose geral em um caso especial?
Até que ponto?
Poderia o tratamento prejudicar o paciente em relação à sua cura ou ao seu bem-estar?
Em que medida?
Como se contrabalançam o útil e o prejudicial do tratamento entre si?

► Ação médica:

Existem os pressupostos adequados para o tratamento?
Pessoal?
Quadro médico?
Aparato técnico?
Consideração do estado da pesquisa médica e da experiência médica?
Que fatos importantes são desconhecidos?
São os conceitos-chaves usados na medicina suficientemente claros?

Resumo:

Qual seria o melhor tratamento possível frente ao diagnóstico médico-científico?

Emissão do diagnóstico médico-ético

Os fundamentos para a emissão do diagnóstico consiste em uma avaliação baseada nos seguintes três princípios:

► Saúde e bem-estar do paciente

Que efeitos prejudiciais poderiam advir de uma alternativa terapêutica isolada?
Agravamento do estado de saúde, dores, diminuição do tempo de vida? Danos corporais ou psicológicos do paciente? Medo?

► Autodeterminação do paciente

O que se sabe sobre o sistema de valores do paciente?
O que pensa o paciente sobre as formas de tratamento como a medicina intensiva, o tratamento paliativo, o tratamento que tem o propósito de reanimar a saúde do paciente ou restitui-lo à vida?
Está o paciente suficientemente informado sobre diagnose, prognose e terapia?
Até que ponto o paciente pode ser integrado na avaliação ou até que ponto esta pode ser completamente confiada a ele?
Se não, quem poderia de outro modo representar a decisão do paciente?
O paciente concorda com a terapia?

► Responsabilidade médica

Existe conflito entre a avaliação ética do médico, do paciente, do corpo de médicos e enfermeiros ou da família?
Poderia um tal conflito ser suavizado ou afastado através de uma determinada opção de tratamento?
Como poderia ser assegurado que, especialmente, também os seguintes princípios não fossem feridos: a relação de confiança entre o médico e o paciente, o princípio da veracidade e da credibilidade e o princípio do segredo médico profissional?
Que fatos importantes são desconhecidos?
São suficientemente claros os conceitos-chaves empregados nas ponderações éticas e a relação destas entre si?

Resumo:

Qual seria o melhor tratamento possível frente ao diagnóstico médico-ético?

Tratamento do caso

Que opções (possibilidades de solução alternativa) oferecem-se frente a um possível conflito entre o diagnóstico médico-científico e o médico-ético?
Dos critérios científicos e éticos acima denominados, quais os que são observados por estas opções alternativas?

Que opções seriam as mais adequadas em função do perfil de valores do paciente?
Quem poderia ou deveria ser consultado como conselheiro?
Seria aconselhável por motivos médicos ou éticos a transferência do caso a outro?

Quais são as obrigações concretas do médico no tratamento escolhido?
Quais são as obrigações do paciente, do pessoal de enfermagem, da família, do sistema de saúde pública?

Existem argumentos contra a decisão?
Como abordar estes argumentos?
É a decisão capaz de conseguir o consenso, do ponto de vista ético?
Para quem?
Pode?
Foi ela discutida com o paciente e conseguiu-se dele o consentimento?
Seria o caso de rever a decisão?

Resumo:

A que decisão se chegou diante da interrelação entre o diagnóstico médico-científico e o médico-ético e as ponderações acima citadas?
Como se poderia resumir de forma clara e sintética a decisão médico-ética e as ponderações acima citadas?

Questões suplementares para a avaliação ética

1. Nos casos de tratamento de longa duração:

Faz parte da rotina a revisão sistemática do respectivo tratamento médico e sua avaliação ética?
É o tratamento suficientemente flexível, de maneira tal que possa se adaptar as mudanças do diagnóstico médico-científico e médico-ético?
O que pode mudar caso surjam imprevisíveis diagnósticos médico-científicos ou médico-éticos, no conjunto do tratamento, inteiramente novos?
Como se encontra o paciente para a mudança da estratégia de tratamento?
Se a prognose transcorre desfavoravelmente têm lugar, devido a isso, ponderações entre medidas terapêuticas paliativas ou medicina intensiva?
Fica garantido que neste caso a vontade explícita ou presumível do paciente será assegurada?

2. Nos casos de considerável relevância social:

Que consequências familiares, emocionais, de relevância para o estilo de vida, profissional ou econômica resultam?
Podem o paciente, seus parentes ou a comunidade de pessoas solidárias arcar com estas consequências?
Promove-se a integração social do paciente, sua alegria de viver e o desenvolvimento de sua personalidade?
Que significado tem a resposta destas perguntas nas ponderações médico-científicas e médico-éticas?

3. Nos casos de pesquisa terapêutica ou não-terapêutica:

Em relação aos aspectos médico-éticos tem-se o melhor arranjo metódico possível da experiência?
É necessária a pesquisa?
O paciente-objeto de experiência deu seu consentimento depois de ter sido esclarecido sobre isso?
Que motivos poderiam existir para o fato de que o esclarecimento do paciente não tenha sido completo ou não tenha sido inteiramente compreendido?
Que motivos poderiam existir para o fato de que o paciente-objeto de experiência tenha dado, de modo não plenamente voluntário, seu consentimento?
Está garantido que, no processo de escolha dos pacientes, estes não foram preferidos ou desfavorecidos em relação a outros?
Tem o paciente-objeto de experiência o direito de, em qualquer momento, interromper sua participação na experiência e foi ele informado sobre isso suficientemente e de forma inteligível?